


## Educação das mulheres na cidade de Ponta Grossa-PR na Primeira República

Education of women in the city of Ponta Grossa-PR in the First Republic

La educación de las mujeres en la ciudad de Ponta Grossa-PR en la Primera República

**Lorraine Lopes de Oliveira** - Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG | Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação nos Campos Gerais"- PR - HISTEDBR (UEPG) | Ponta Grossa | PR | Brasil. E-mail: [loraine.oliveira@hotmail.com](mailto:loraine.oliveira@hotmail.com) | 

**Vera Lucia Martiniak** - Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG | Departamento de Educação | Ponta Grossa | PR | Brasil. E-mail: [veramartiniak07@yahoo.com.br](mailto:veramartiniak07@yahoo.com.br) | 

**Resumo:** Este texto tem o objetivo de circunstanciar a organização escolar das mulheres na cidade de Ponta Grossa-PR, no contexto da Primeira República brasileira. O estudo parte dos pressupostos teóricos do materialismo histórico-dialético, buscando analisar o objeto de pesquisa na totalidade das relações políticas, econômicas e sociais da época. Os dados foram obtidos por meio do jornal Diário dos Campos, Relatórios dos Secretários de Governo do Paraná, Leis e Decretos educacionais. A análise das fontes permitiu constatar o lento crescimento de escolas públicas na cidade e as diferenças acentuadas na educação de meninas e meninos, inclusive, a diferença de oportunidades de formação escolar.

**Palavras-chave:** educação; mulheres; Ponta Grossa/PR.

**Abstract:** This text has the objective of circunstancing the school organization of women in the city of Ponta Grossa-PR, in the context of the First Brazilian Republic. The study starts from the theoretical assumptions of historical-dialectical materialism, seeking to analyze the object of research in the totality of the political, economic and social relations of the time. The data were obtained through the newspaper Diário dos Campos, Reports of the Secretaries of Government of Paraná, Laws and Educational Decrees. Through the analysis of these sources, it was possible to verify the slow growth of public schools in the city and the marked differences in the education of girls and boys, including the difference in opportunities for school education.

**Keywords:** education; women; Ponta Grossa/PR.

Resumen: Este texto pretende detallar la organización escolar de las mujeres en la ciudad de Ponta Grossa-PR, en el contexto de la Primera República brasileña. El estudio se basa en los supuestos teóricos del materialismo histórico-dialéctico, buscando analizar el objeto de investigación en la totalidad de las relaciones políticas, económicas y sociales de la época. Los datos se obtuvieron a través del periódico Diário dos Campos, los Informes de las Secretarías de Gobierno de Paraná y las Leyes y Decretos de educación. El análisis de las fuentes nos permitió comprobar el lento crecimiento de las escuelas públicas en la ciudad y las acentuadas diferencias en la educación de niñas y niños, incluyendo la diferencia de oportunidades de escolarización.

Palabras clave: educación; mujeres; Ponta Grossa/PR.

- Recebido em: 15 de janeiro de 2019
- Aprovado em: 10 de outubro de 2019
- Revisado em: 05 de junho de 2022

## Introdução

No Brasil, o final do século XIX e início do XX foram marcados pela passagem do Império para a República, pelas transformações da transição do sistema agrário-comercial para o sistema urbano-industrial, pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre, pois o capitalismo marcado pela valorização do trabalho e do lucro não tem razão de existir e se manter numa sociedade escravocrata (COSTA, 1999). Em meio a esse contexto, “[...] os papéis sociais da mulher e suas necessidades de instrução eram percebidos em consonância com as reformas sociais e políticas que cada corrente de pensamento pretendia realizar” (SAFFIOTI, 2013, p. 291).

Para Almeida (2014), a imagem da mulher como símbolo da pureza e amor se estruturou nos finais dos oitocentos persistindo ao longo do século XX. Os limites da convivência entre os sexos eram claramente definidos, sendo que, “[...] das mulheres esperavam-se a permanência no espaço doméstico, o recato, a submissão, o acatamento da maternidade como a mais elevada aspiração. Dos homens, a atuação no espaço público, no mundo do trabalho, na política” (ALMEIDA, 2007, p. 95).

Era preciso que as mulheres fossem educadas para que beneficiassem o lar, o marido e os filhos, e que fossem mantidas dentro dos limites aceitos, na medida em que essa era a prioridade, a instrução das mulheres não ameaçaria o espaço privado. Com esse posicionamento, concordavam a Igreja Católica, os positivistas, os liberais e os conservadores, sendo que, na maioria das vezes, as próprias mulheres (ALMEIDA, 2007).

Ponta Grossa, cidade paranaense que surgiu em 1823, não estava alheia ao contexto e às reformas sociais e políticas, seguindo assim, as regulamentações educacionais vigentes no estado e no país. Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo circunstanciar a organização escolar das mulheres na referida cidade. O estudo parte dos pressupostos teóricos do materialismo histórico-dialético, buscando analisar o objeto de pesquisa na totalidade das relações políticas, econômicas e sociais da época.

As fontes utilizadas foram: jornal *Diário dos Campos* (CHAVES, 2015, p. 3)<sup>1</sup>., edições do período de 1909 a 1924<sup>2</sup>, Acervo de Concessão de Terras de Ponta Grossa, de 1909 e 1926, ambos encontrados na Casa da Memória de Ponta Grossa; Relatórios dos Secretários de Governo do Paraná, do período de 1870 a 1930, encontrados na Biblioteca Pública do Paraná, nos quais foi possível visualizar decretos, reformas educacionais, discursos sobre a educação; e por fim, as legislações relativas a educação disponibilizadas e digitalizadas nos acervos de documentos do Governo Federal, Câmara Legislativa e Assembleia Legislativa do estado de São Paulo.

### **Educação das mulheres em Ponta Grossa – PR**

Historicamente, Ponta Grossa, PR, originou-se a partir do tropeirismo, que foi responsável pelo desenvolvimento econômico do Paraná, pois se constituiu como atividade econômica de integração entre a região sul e o restante do país. Em decorrência dessa atividade surgiram vários povoados no percurso do “caminho das tropas” que saía do Rio Grande do Sul com destino a Sorocaba, SP, com o objetivo de comercializar o gado nas feiras que serviriam para abastecer várias regiões com o alimento e o transporte (MARTINIAK, 2011).

Segundo Wachowicz (2010, p. 99), no início do século XIX, Ponta Grossa “[...] já estava integrada social, política e econômica aos núcleos que formariam o Paraná. Apesar dessa integração, as populações não latifundiárias dos Campos Gerais eram relativamente pobres”.

No final do século XIX e início do XX, a economia da cidade passou por iniciativas industriais e a imigração produziu um intenso crescimento regional, fortalecida pela produção da erva mate. Além disso, a estrada de ferro inaugurada em 1907 também foi fator de expansão do comércio e da população. Ponta Grossa estava localizada em uma região estratégica, sendo ponto de encontro entre as principais regiões do Estado.

A ferrovia atraiu a instalação de várias indústrias, ampliando o mercado e a economia da região. Algumas das indústrias e comércio eram: Café Piriquito de Bernardo Johnsecher, Fábrica a vapor de conservas de carnes de José Buchler (O PROGRESSO, 1910a, s/p), Fábrica

---

<sup>1</sup> Jornal pontagrossense criado no dia 27 de abril de 1907, pelo russo alemão Jacob Holzmann, que chegou a Ponta Grossa no final do século XIX. O jornal, de início, circulou a cada três dias, tornando-se diário a partir de 1913, ano em que passou a se chamar Diário dos Campos.

<sup>2</sup> Das edições que circularam no período da Primeira República, encontram-se arquivadas na Casa da Memória de Ponta Grossa - PR, as de 1909 até 1924.

Camponeza de sabão e velas, Frigorífica Pontagrossense de José Buchler, Ferraria Flor dos Campos de José Jacob Buhner, Alfaiataria Ribeiro de Pedro C. Ribero (O PROGRESSO, 1911b, s/p), Ferraria Flor dos Campos de José Jacob Buhner, Alfaiataria Ribeiro de Pedro C. Ribeiro, Relojoaria e Ourivesaria de Guilherme C. Quentel (O PROGRESSO, 1911a, s/p), Cervejaria Adriática de Henrique Thielen, Fábrica de Fogos São Pedro de Pedro Barbosa, Casa de calçados de Gaspar Schwab, *Pharmacia* e Drogaria Central de João M. de Milasch (DIARIO DOS CAMPOS, 1919, s/p).

Enquanto os homens eram os grandes proprietários das indústrias e comércio, as mulheres anunciavam no jornal seus trabalhos independentes, a fim de conseguirem uma possível clientela: as professoras Bianchi e Cecchi anunciavam aulas de pintura no Atelier, Amanda Garcia anunciava aula de bordar e costurar, Anna Herzog oferecia seu trabalho de lavagem e engomagem na rua Pitanguy esquina de Santos Dumont, Helena Silipinsky empalhava cadeiras e móveis de todo e qualquer formato e qualidade na rua Coronel Balduino Taques, a modista Donna Zenny aprontava-se com prontidão chapéus para senhoras e meninas num sistema moderno, assim como, reformava e renovava chapéus usados (O PROGRESSO, 1910a, s/p).

Com exceção de Anastácia Socolosky, que foi proprietária de um botequim com frente para o Barracão dos Imigrantes no Pellado, até vendê-lo a Paulo Block, quando solicitou ao prefeito, passar carta de transferência ao mesmo (ACERVO..., 1909b, s/p).

Nesse contexto, embora as atividades profissionais fossem desempenhadas primordialmente por homens, as mulheres exerciam diferentes funções como doméstica, professora, pagem, dama de companhia, costureira, cabeleireira, dentre outras.

Entretanto, a cidade não contava com nenhuma mulher que exercesse a profissão de dentista, médica ou advogada, por exemplo. Enquanto que na capital do estado, em 1903, diplomava-se a primeira profissional em nível superior, a farmacêutica, Dra. Arocema Nóbrega; “a odontóloga, dra. Helena Vianna Seiler, em 1914; a advogada e posteriormente médica, dra. Izaura Sidney Gasparin, em 1917; a médica dra. Maria Falce, em 1919” (TRINDADE, 1996, p. 263).

Com o avanço do capitalismo no país, as mulheres das camadas médias e proletárias foram solicitadas a suprir de forma barata as necessidades do mercado. Mulheres da classe trabalhadora ou viúvas que precisavam prover seu sustento buscavam trabalhar e garantir meios

---

para sobreviver. As mulheres encontravam-se inclusive solicitando moradia à Prefeitura, conforme os seguintes requerimentos:

Maria Angelina Pinheiro, mulher pobre, sem abrigo, solicita ao prefeito presidente a concessão gratuita de um terreno por carta de data para edificar uma casa de taboas na rua Curityba, Olarias, onde houver devoluto. Atestado de pobreza expedido pela delegacia. (ACERVO..., 1909a, s/p).

Maria Joana América viúva, pobre, solicita ao prefeito a concessão de um terreno para edificar uma casa uma casa de madeira a rua dos Operários vizinhando com Michelino de tal onde tiver devoluto para legalizar quando puder. Atestado de pobreza. (ACERVO..., 1926, s/p).

Cândida Ferreira Guimarães pobre e cheia de filhos solicita ao presidente e membros da Câmara a concessão gratuita de um terreno por carta de data para edificar uma casa com 7 m com fundos correspondentes sito a rua da Matriz anexo a Placydio Pedrozo. (ACERVO..., 1909b, s/p).

Trindade (1996, p. 162) corrobora que “a participação laboriosa da mulher na sociedade republicana deve suas premissas à influência do pensamento liberal, em detrimento do positivista, bem mais avesso às suas incursões nos mercados de trabalho”. Se por um lado o liberalismo proporciona determinada abertura ao mercado de trabalho, existe um conservadorismo que vai contra tais pretensões, embasadas principalmente no pensamento católico e positivista.

Além das concepções que algumas correntes de pensamento defendiam com relação à função social da mulher, algumas mulheres também compartilhavam de uma ideia conservadora sobre seu papel, como é o caso de Maria E. Nascimento:

Quando em uma escola, encontrardes creanças bem educadas; quando na sociedade, encontrardes homens bastante polidos, podeis asseverar de antemão que foi uma boa e inteligente mão quem lhes guiou os primeiros passos e quem lhes abriu cuidadosamente a pratica da moral. (O PROGRESSO, 1910b, s/p).

O que prevalece é a identificação de uma mulher submissa, a qual entende que sua primordial função é zelar pelo lar, pelo marido, instruir e guiar o caminho do filho na prática moral, a fim de contribuir com a sociedade e seu futuro.

O papel social da mulher na sociedade estava também expresso na organização escolar do período. Sendo a educação de responsabilidade do Estado, não eram raras as críticas:

[...] continua a reclamação pela falta de escolas, pela melhoria das existentes, pela nova orientação do ensino com a adopção de novos métodos, enfim pela remodelação dos costumes da educação do povo, necessidade cada vez mais premente da vida republicana.

E nessas reclamações insistentes, às vezes violentas, lê-se, governo, governo, sempre o governo.

E neste século ainda há algumas simples de Junqueiro que acreditam no governo? – o governo? – não conhecemos. Que vem a ser isso?

Não conhecemos no actual regimen o estado subjectivo, constituindo uma entidade à parte [...]. (O PROGRESSO, 1911a, s/p).

Essa notícia exemplifica as reclamações, que eram constantes, por escolas mais equipadas, com melhores condições, novos métodos de ensino, a fim de remodelar os costumes da educação do povo. Nas palavras citadas, fica claro que embora o Estado “promettesse” educação de qualidade para todos, não a cumpria.

São sempre curiosas as estatísticas. A que se segue porém não tem tanto de curioso como tem de lamentável, pois que é uma estatística dos que não sabem nem assignar o seu próprio nome.

A partir de 1906, a repartição federal de estatística começou a registrar o numero de pessoas incapazes de assignar o seu nome no registro dos casamentos. Em 1906 estavam nessas condições 141 pessoas, em 1907 o numero subia a 216, em 1908 a 258, depois baixava em 1909 a 244 e em 1910, não sabiam escrever 1093 pessoas das quaes 458 eram homens e 635 mulheres. [...] (O PROGRESSO, 1912c, s/p).

Esses dados foram retirados pelo *Diário dos Campos*, dos registros de casamentos de pessoas que passavam pelos cartórios civis. Em paralelo ao crescimento da população, o número de analfabetos cresceu cada vez mais, ao invés de diminuir.

Achamos que é obrigação do governo do Estado, quando nomeia um professor para reger uma escola, entregal-a sem faltar cousa alguma. Infelizmente isso não acontece. O professor é nomeado e se encontra, na maioria dos casos, numa dificuldade enorme, sem casa, sem carteiras, como está acontecendo actualmente com as normalistas, recém-removidas para cá. (O PROGRESSO, 1912b, s/p).

A notícia citada revela o descaso do Estado com as normalistas que mudavam-se para Ponta Grossa, a fim de exercer o magistério primário, entretanto eram enviadas sem recursos.

O ensino primário na cidade compreendia as seguintes matérias: 1º grau – Leitura e caligrafia; gramática compreendendo somente etimologia e fonologia e rudimentos de análise; aritmética, compreendendo as quatro operações sobre todas as espécies de números; noções de geografia pátria e especialmente do Estado do Paraná; composição e descrição elementar de cartas; objetos e assuntos da vida comum; noções elementares de agronomia; princípios de moral, noções de economia doméstica e trabalhos de agulha para meninas. 2º grau- Gramática,

compreendendo análise etimológica e sintática e morfologia; aritmética em geral; noções de geometria plana; noções gerais de geografia e história pátrias, especialmente do Estado do Paraná; noções elementares de agronomia; princípio de moral; decoração e explicação de trechos de escritores nacionais; composição e estilo epistolar e descritivo; ginástica de salão; costura, bordado e corte para as meninas. Importante destacar que segundo o Regulamento, o ensino misto não era mais permitido, Decreto n. 93º, 1901, Art. 21º (PARANÁ, 1901).

A instrução primária era obrigatória para meninos de sete a quatorze anos de idade e para as meninas de sete a doze, Decreto n. 93º, 1901, Art. 22º (PARANÁ, 1901). Dentre outras, excetuava-se da obrigatoriedade do ensino, crianças que residissem à distância da escola pública, maior de dois Quilômetros para meninos e de um para meninas Decreto n. 93, 1901, Art. 23º (PARANÁ, 1901). O artigo 34º do Decreto n. 93, 1901, dispunha que as escolas do sexo masculino seriam regidas por professores e as do sexo feminino e promíscuas por professoras (PARANÁ, 1901).

No ano de 1910, o Governo do Paraná instituiu um novo Regulamento para a educação, o Regulamento Orgânico do ensino público do Estado. Especificamente com relação ao ensino primário, foi dividido em curso infantil, que seria ofertado nos Jardins de Infância; curso elementar e o curso complementar que seriam ministrados nos grupos escolares e escolas isoladas. De acordo com o artigo 111º, o curso elementar era obrigatório para crianças de 7 a 14 anos, de ambos os sexos (PARANÁ, 1910).

Em 1912, o *Diário dos Campos* noticiou que o Congresso iria discutir sobre um projeto de lei autorizando o governo a reformar a instrução pública:

Por estes dias o Congresso discutirá um projecto de lei autorizando o governo a reformar a instrução publica.

Como se sabe, porque se tem proclamado a todos os ventos <a instrução publica no Paraná ainda está no período embryonario>.

Esse importantíssimo ramo administrativo sempre foi uma victima do descaso e da indiferença dos governos. (O PROGRESSO, 1912a, s/p).

A notícia retrata além do descaso do Governo com relação à educação, o atraso em que esta se encontrava no Paraná. Para readequar questões educacionais, foi aprovado o Código do Ensino do estado do Paraná, pelo Decreto nº. 710 de 18 de outubro de 1915 (PARANÁ, 1915).

O *Diário dos Campos* retratou a discussão para a adoção do Código pelos professores de Ponta Grossa:



A convite do illustre Inspector Escolar dr. Oliveira Franco, teve lugar, a 19 deste, no Grupo Escolar Senador Correia a reunião dos professores desta cidade para tratar da adopção do novo Código do Ensino, approved por decreto n. 710 do dr. Presidente do Estado.

Nessa reunião ficou resolvido crear uma escola annexa ao referido Grupo, sob a regência da normalista Luzia Fernandes, em virtude do art. 62 do cap. II do mesmo Codigo que estabelece seja o ensino primário completo, dividido em 4 series, ficando, neste Grupo, cada serie sob a regência de uma professora, haverá, por essa razão, excesso de matricula na 1ª. e 2ª. series, isto é, mais de 50, conforme determina o artigo 57. Por isso, o sr. Inspetor achou conveniente a criação da referida escola à qual serão encaminhadas as alumnas das series 1ª e 2ª do mesmo, que excederem do numero exigido pelo novo Codigo. As alumnas da 4ª serie, desta irão para a do Grupo e, as escolas isoladas que tiverem excesso de matricula também concorrerão com alumnas da referida seria para a deste, afim de completala.

O sr. Inspetor, no intuito de collocar, algumas das escolas que se acham installadas em saletas acanhadas, em salas mais apropriadas, amplas higienicas, ficou de providenciar para conseguir uma sala onde possa installar um Semi-Grupo feminino que preencha as condições higiênicas e obedeça a boa dissiminação escolar. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1916a, s/p).

Com a referida reformulação escolar pelo Decreto nº 710 de 18 de outubro de 1915, que aprova o Código de Ensino do Estado do Paraná, o ensino infantil tinha início nas escolas maternas, nas quais as crianças sem distinção de sexo iniciavam sua formação física, moral e intelectual. Poderiam ser matriculadas as crianças que tivessem de 2 a 7 anos de idade, tendo pais operários reconhecidamente pobres, ou vivendo sob os cuidados de pessoa nas mesmas condições (PARANÁ, 1915).

Cada escola era composta por uma professora diretora, uma ou mais professoras adjuntas, uma ou mais guardiãs e duas ou mais serventes, Art. 38º (PARANÁ, 1915). É importante destacar neste artigo a presença de mulheres professoras no ensino das crianças.

Além das escolas maternas, seriam criados Jardins de infância destinados a preparar crianças para o curso primário, “suavizando a transição entre o lar e a escola” no Art. 39º (PARANÁ, 1915, p. 12). Seriam matriculadas crianças de 4 a 7 anos de idade. As professoras deveriam dirigir todos os exercícios e diversões de modo que neles as crianças adquirissem hábitos de polidez, ordem, disciplina e higiene (PARANÁ, 1915).

Dentre as condições para ser diretora, a professora deveria ser normalista e ter capacidade física e moral. Na falta de professora normalista, seria nomeada para o cargo, uma mulher que além da capacidade física e moral, falasse o português de forma adequada, que conhecesse música para ensinar os cânticos escolares e acompanhasse as crianças ao piano e órgão, além disso, deveria ter seis meses de estágio no ensino primário, pelo Art. 47º (PARANÁ, 1915).

O artigo 62º. dispunha que o ensino primário fosse dividido em quatro séries graduais. As escolas destinadas às meninas seriam regidas por professoras e as destinadas aos meninos poderiam ser regidas por professores ou professoras, entretanto, se o superintendente do ensino julgasse conveniente, poderia determinar que uma escola de meninas também admitisse meninos até 10 anos de idade (PARANÁ, 1915). Até esse momento as escolas ainda permaneciam destinadas aos sexos de forma separada. A matrícula e a frequência eram obrigatórias nas escolas públicas para meninas de 7 a 12 e de meninos de 7 a 14 anos de idade, de acordo com o Art. 48º (PARANÁ, 1915).

O novo Código determinou a possibilidade de formação de grupos escolares, sob as condições de que duas escolas ou mais funcionassem na mesma localidade. O artigo 74º. estabeleceu que poderiam organizar institutos, reunindo-se escolas destinadas a meninos com escolas destinadas a meninas, desde que tivesse pátio de recreio separados e privados (PARANÁ, 1915).

A disciplina escolar baseava-se no bom exemplo dado pelo professor aos seus alunos, nos sentimentos de bondade e afeição paternal do professor para com os alunos e nos sentimentos de afeição e veneração filial destes para com o professor.

De acordo com o Art. 97º, os alunos deveriam fazer exames do dia 16 até o dia 30 de novembro de cada ano, que seriam aplicados pelo inspetor escolar ou pelo superintendente (PARANÁ, 1915). Era comum o jornal de Ponta Grossa publicar todos os anos o resultado dos exames escolares:

Realizaram-se no dia 26 do corrente os exames de 3ª., 2ª. e 1ª. série da escola mixta do Bairro Oficinas regida pela professora normalista d. Thereza Evangelista, sob a presidência do sr. Dr. Inspector Escolar, como examinadoras, as distintas professoras d. d. Octacília H. de Oliveira e Lucia Dechandt.

Em 3ª. Serie foi aprovado com distincção gráo 9,5. Manoel Taques Filho. Plenamente gráo 7,5. Maria Leonides da Silva. Gráo 7. Angelina Balioli, Iolanda Taques.

Em 2ª. serie foram approvedos com distincção, gráo 10: Sebastião de Araujo, Alayde do Carmo, Maria Rosa de Araujo e Rosa Piva.

Plenamente gráo 9: Satyra França, Carmelita do Carmo, Victoria Wenggroth; não compareceu Mattilde Santi.

Em 1ª. serie foram approvedos com distincção, gráo 10: Anna Edgardes da Silva, Luiz Pincoski, Benedicto França, Guilherme Justus, Antonio França, Guilherme Justus, Antonio França e José Pincoski.

Plenamente gráo 9: Alfredo Piva, Maria de Laat, Nestor Maier e Maria Scarpin. Não compareceram Eva Euphrasia e Carlos Santi. (DIARIO DOS CAMPOS, 1914b, s/p).

O resultado do referido exame refere-se à escola mista que localizava-se no bairro de Oficinas, sendo dirigida pela professora normalista Thereza Evangelista. Vinte e três alunos realizaram o exame, tendo como seus examinadores as professoras Octacilia Hasselmann de Oliveira e Lucia Dechandt.

Publicava o jornal ponta-grossense, a mensagem de Carlos Cavalcanti ao Congresso Legislativo do Estado, sobre o referido Código:

O problema do ensino popular que sempre mereceu do governo especial atenção, pode se dizer que está definitivamente resolvido entre nós, e de modo a satisfazer a opinião publica que sobre a respectiva reforma se tem manifestado com os mais francos applausos. De facto, o labor intenso da Superintendencia do Ensino, a competência que tem revelado no estudo de assumptos que lhe são affectos, propondo soluções mais propicias e felizes para cada um delles, autorizam-me a affirmar que já agora precisamos apenas praticar a decretada reforma do Codigo de 18 de Outubro, tenaz e fielmente, para que ella venha a produzir todos os beneficos resultados que das instituições novamente criadas e desenvolvidas é licito esperar, nem somente sob o ponto de vista pedagógico como administrativo. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1916c, s/p).

Embora o Estado se movimentasse e instituísse leis e Decretos para buscar “atualizar” e “melhorar” a educação, na prática, eram poucos os recursos que o governo applicava na educação, sem contar com a lenta expansão das escolas públicas pelo país. “[...] A mobília compõe-se de mesa, carteiras e quadro negro. As carteiras são preparadas de forma a comportar dois alumnos; feitas por um mesmo typo, sem assentos moveis, não se prestam a accomodar as creanças no variado das alturas [...]” (PARANÁ, 1908, p. 54).

Era comum os representantes do “poder” se manifestarem por meio dos jornais, para comentarem a respeito das condições dos diversos setores do estado:

Continuam mantidas as mesmas escolas publicas municipaes e as subvencionadas, todas em numero regular que prestam já grande auxilio à instrucção publica ministrada pelo Estado.

São relativamente boas as condições sanitárias do município, principalmente após o funcionamento dos serviços de distribuição de agua potável e exgoto nos estabelecimentos dos prédios, desaparecendo, como attestam os médicos, muitas moléstias infecciosas como consequência da falta desse melhoramento. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1916d, s/p).

Embora o prefeito Theodoro Baptista Rosas apontasse a boa qualidade da instrução pública, o jornal retratava a indignação com relação a educação:

---

É tal o pouco caso dos homens que nos governam, que haver ou não haver escola parece ser a mesma coisa. A nossa instrução anda ao deus-dará, não por culpa dos professores, muitos dos quaes se esforçam bastante, mas unicamente por má vontade dos governantes, os quaes vivendo com o espirito envolto em coisas de maior valor, como por exemplo, tratando de policitagem, não volvem suas vistas para as nossas escolas, não fazem caso das medidas necessárias a tomar, para que a instrução popular não seja o que tem sido e o que é, aqui no Paraná. Escolas há que nem bancos possuem; quasi todas não têm os objetos de ensino indispensáveis; outras funcionam por ahi em salas apertadas, onde os alumnos malmente podem mover-se. A maior parte das nossas escolas é simplesmente uma vergonha, para falarmos portuguez bem claro. Aqui temos, porém, um grupo e um semi grupo que, possuindo mappas, globos geographicos, quadros para o ensino de Systhema métrico, esquadros, compassos, etc., podem perfeitamente, doptados de bons professores, prestar inestimável serviço à nossa cidade, tirando do analfabetismo grande numero de creanças. Mas a Prefeitura, não sabemos por que razões, deseja acabar com o semi-grupo escolar, occupando as duas salas do Instituto dr. João Candido onde as aulas funcionavam, para occupal-as com a repartição de aguas e exgottos. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1915, s/p).

Relatando a precariedade das escolas, muitas não contavam com um número adequado de bancos, de objetos de ensino, muitas salas de aula eram apertadas. Ainda na mesma publicação, verifica-se o descaso com o pagamento dos professores:

Há (6) seis mezes que os professores, com alguns outros empregados estadoaes, não recebem do Estado um vintém. Com o que passarão elles, que são pobres? Com os tao falados pasteis de brisa ou com as ingratições do Governo? É lastimável o estado em que se acha a nossa instrução. Os professores, si forem unidos, bem poderão dar uma licção esplendida: deixar sem uma escola o Paraná. Até que o Governo resolva olhar para isto. Seria um escândalo justo. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1915, s/p).

A partir disso, vão-se revelando contradições, na medida em que o Governo propõem a qualidade da educação materializada em lei, mas a realidade objetiva, revela que a instrução pública fica em segundo plano.

Em Ponta Grossa, no ano de 1908, a cidade contava com apenas três professoras normalistas, os demais eram professores leigos (OLIVEIRA, 2002).

**Quadro 1** - Número de escolas primárias subvencionadas em Ponta Grossa por sexo.

Ano	Masc.	Fem.	Promíscuas
1894	2	2	-
1895	1	1	2
1896	1	1	3
1897	2	2	3

**Fonte:** Dados retirados dos Relatórios dos Secretários de Governo e organizados pelas autoras.

O quadro acima permite visualizar o baixo número de escolas subvencionadas por sexo existentes na cidade, num período de quatro anos<sup>3</sup>.

Em 1907 instituiu-se o Instituto Comercial Dr. João Cândido, no qual eram ensinadas as disciplinas de português, francês, alemão, geografia, aritmética, geometria, história do Brasil e escrituração mercantil. Era gratuito, mas poderia ser cobrado uma taxa anual de matrícula (PARANÁ, 1907, p. 37).

A primeira escola pública da cidade foi inaugurada somente em 1912. O Grupo Escolar denominado Grupo nº 2<sup>4</sup> (Escola Pública Promíscua), foi criado pela Lei nº 1201 de 28 de março de 1912. Esta escola foi composta pela reunião de duas escolas isoladas, a da professora Sara Sanches e a Escola Pública de Ponta Grossa, da professora Luzia Fernandes.

Em 1914, o jornal O Progresso já publicava o resultado dos exames dos alunos da escola regida pela professora Luzia Fernandes:

Acta do exame parcial realizado no prédio onde funciona a Escola Publica para o sexo feminino regida pela D. D. preceptora Luzia Fernandes.

Aos quinze dias do mez de Outubro de mil novecentos e quatorze, reunidos na sala de aula do referido prédio todos os alumnos e alumnas das quatro series, deu-se começo aos exames. Foram arguidos pelos professores d. Côra Marques e João Dias da Costa os alumnos da 1ª e 2ª serie que se destinam a exame final e de classe. Foram arguidos em todas as matérias que constituem, isto é, que pelo Regulamento são exigidas para o curso primário.

Obtiveram as seguintes notas os alumnos de 1ª. Serie: Arlindo Conceição Bovo, 10; Rosa Mayer, 10; Ocalina Mello, 10; Maria Eugenia Veiver, 10; Noemia da Anunciação, 9; Eleodora dos Santos, 7. Obtiveram as seguintes notas os alumnos de 2ª serie: Elvira Plank, 10; May de Oliveira Franco, 10; Alayde Rolim Ayres, 10; Maria Luiza Routh, 10; Rosalina Ricce, 9; Rosa Comenezes, 9; Joaquim Camargo Prockno, 9; e tirou também 10 o pequeno Salustiano de Ramos que, com nove annos de idade apenas me impressionou de veras pelo muito que sabe em relação a sua idade, pois, mostrou ser um talento [...]. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1914a, s/p).

Nota-se que ainda eram poucos os alunos que frequentavam a referida escola, embora a instrução pública ocupasse o centro de interesse do governo, pois se acreditava que por meio dela fosse possível promover a reconstrução da sociedade e difundir os ideais republicanos, as políticas educacionais empreendidas não passaram de tentativas frustradas para sanar o mal do analfabetismo brasileiro (MARTINIAK, 2011).

---

<sup>3</sup> Justifica-se as datas não contempladas no quadro, devido a não conter nos relatórios do Governo o número de escolas por sexo.

<sup>4</sup> Em 1912, o Grupo nº 2 recebeu a denominação de Casa Escolar Senador Correia, pelo Decreto n. 324 de 13 de abril de 1912.

Segundo Luporini (1987), as meninas e meninos estudavam em períodos diferentes: as meninas, à tarde; e os meninos, de manhã. Além disso, embora as aulas fossem em períodos diferenciados, os locais de recreio também eram diferentes.

O referido grupo possuía cinco salas de aula, entretanto, funcionavam apenas três classes. “Durante quinze anos, será a única escola oficial do Estado na cidade, visto que a fundação da Escola Normal Primária ocorrerá em 1924 e a fundação do Ginásio Regente Feijó, em 1927” (LUPORINI, 1987, p. 23).

No Grupo Escolar nº. 2, em 1923, passou a funcionar o Grupo Escoteiro de Ponta Grossa. Admitiam-se no referido grupo somente meninos entre 9 e 13 anos (OLIVEIRA, 2002).

Em 1915, a cidade contava com os seguintes números de escolas:

São 11 as escolas publicas que existem dentro da cidade.  
Escolas para o sexo feminino - 8, sendo quatro no Grupo Escolar e quatro isoladas.  
Escolas para o sexo masculino - 3, sendo 2 no Semi Grupo e uma isolada. Além dessas escolas, que todas são dirigidas por professores normalistas, outras existem nos arrabaldes da cidade, nas Oficinas, no Pellado, etc. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1915, s/p).

Em 1917, foi fundada a denominada Escola Intermediária, destinada a preparar professores primários adjuntos, ou seja, credenciava à matrícula na Escola Normal de Curitiba. A primeira diretora da escola foi a professora Judith Silveira (OLIVEIRA, 2002).

A publicação abaixo da escola secundária revela a predominância de trabalhos manuais como prendas domésticas, desenho, bordado, pintura. A exposição dos trabalhos aconteceu no Instituto Dr. João Cândido.

Tivemos o grato ensejo de visitar a bella exposição de prendas domesticas, desenho a cores, a creyon, etc, installada na sala principal do edificio onde funcionam as escolas reunidas ‘Dr. João Candido’.  
As provas exhibidas são de molde a honrar a Escola Intermediaria e a suas competencias Directoras.  
Vimos trabalhos delicados, bordados, pinturas finíssimas, serviços que satisfazem cabalmente.  
Amanhã, na referida Escola será feita a distribuição de diplomas e prêmios.  
Nossos cumprimentos ás exmas snras d.d. Judith Silveira e Lucia Dechand, esforçadas Diretora e Adjunta desse importante estabelecimento de ensino. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1921, s/p).

No ano de 1921, a cidade contava com as seguintes escolas isoladas:

**Quadro 2** - Escolas isoladas e número de alunos matriculados, em 1921.

Localidades	Professores	Alunos matriculados
Uvaranas	Cecília Cardozo Martins	82
Pedrozo	Maria Christina de Paula	48
Ronda	Maria Carolina da C. Souza	83
Olaria	Sylvia Machado de Souza	84
Col. D. Luiza	Leonor Cardozo Martins	77
Corrientes	Aminda de Mello Lyria	100
Taquarussu	Izaura Galvão da Silva	39
Oficinas	Luiza Gonçalves Monteiro	61
Itaiacoca	Maria Gravina da Costa	39
Escola Nocturna	Arthur Monteiro	26
Escola Nocturna	Suentonio Bittencourt Junior	85

**Fonte:** Dados retirados dos Relatórios dos Secretários de Governo e organizados pela autora.

Além dessas escolas, funcionavam na cidade escolas particulares de cunho religioso, como o Colégio São Luiz e Sant'Ana.

Dirigido pelas Irmãs Servas do Espírito Santo, Externato para Meninas, (aceitam-se também meninos até a idade de 9 anos)  
O Ensino abrange as seguintes matérias:  
Religião, Português, Francês, Arithmetica, Geometria, Leitura, Geographia, Historia do Brasil, Historia Universal, Calligraphia, Desenho, Trabalhos manuaes e Canto.  
Duas vezes por semana há cursos especiaes de Desenho, Pintura, Trabalhos finos e Musica.  
Reabertura das aulas 7 de Janeiro de 1910. (O PROGRESSO, 1910a, s/p).

O Colégio Sant'Ana, fundado em 1905, era dirigido pelas irmãs missionárias da Congregação das Servas do Espírito Santo e inicialmente ofertava aula somente para meninas. No anúncio acima, fica claro o currículo “especial” para as meninas, sendo composto pelas disciplinas de trabalhos manuais e canto. Pouco tempo depois, a Congregação fundou três escolas anexas: a Escola Alemã, a Escola Polonesa e uma escola para pobres negros, estabelecida na sacristia da Igreja do Rosário (CHORNOBAI, 2002).

Em 1947, passou a funcionar no Sant'Ana, o curso normal, o qual estava localizado na cidade considerando a existência de famílias com condições financeiras suficientes para custear

os estudos dos filhos. O que acabava afastando “a congregação da população mais carente e efetivava seu trabalho junto às classes médias urbanas” (CHORNOBAI, 2002, p. 103).

Segundo Chornobai (2002, p. 112), as irmãs do Sant’Ana “procuravam estabelecer novos padrões de comportamento e estimular sentimentos de religiosidade”. Para inculcar esses padrões, as irmãs contavam com uma organização espacial, sendo que “os ambientes de recreio, os espaços livres, os corredores, os momentos de lazer, deveriam ser controlados” (CHORNOBAI, 2002, p. 112). As mestras deveriam formar o caráter das educandas, infundir-lhes o amor à economia e deste modo, prepará-las para sua futura posição na sociedade (CHORNOBAI, 2002).

Além das escolas “formais” de ensino, ofertava-se também aulas particulares, como no anúncio a seguir: “***Aula particular. Acha-se aberta uma aula particular, para meninas, do dia 7 de Janeiro e diante. Tratar à Rua Sete de Setembro n.º 25***” (O PROGRESSO, 1910c, s/p). Como apontado no anúncio, a aula particular era especificamente destinada para meninas. Salienta-se a dualidade “rígida” existente, ou seja, a separação rigorosa entre os sexos, a qual não limitava-se a existir somente nas “escolas formais”.

Além disso, anunciava-se na cidade aulas de línguas estrangeiras: “***Claudio Borges ensina inglês e alemão e traduz outras línguas para o português e vice-versa. Rua Frei Caneca n. 1***” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1916b, np). O anúncio refere-se a aulas particulares de inglês e alemão e não especificou para qual sexo. Embora a cidade contasse com aulas de línguas, poderiam frequentá-las somente os indivíduos que tivessem condições para custear.

Anunciava-se também, aulas para “os moços” que quisessem instruir-se militarmente, para tanto, oferecia-se aulas de esgrima e evoluções no Instituto Dr. João Candido no período da noite. As aulas eram ministradas pelo instrutor Lopes Vieira e eram restritas aos homens (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1916e, s/p).

Também havia anúncios que ofereciam aulas de bordado e costura, sem especificar o público para quem se destinavam, entretanto, as aulas eram oferecidas pela professora Amalia Garcia. Assim como no anúncio das aulas de costura, o anúncio das aulas de pintura também não apontava a qual sexo destinava-se e eram ministradas por mulheres, as professoras Bianchi e Cecchi.



Além disso, para quem quisesse, a Escola Remington oferecia aulas diurnas e noturnas de datilografia para ambos os sexos, sob direção da professora Sylvia Wey. A escola situava-se na Rua Balduino Taques n.º 19 (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1922, s/p).

Dessa forma, Ponta Grossa contava com algumas escolas particulares para meninos e meninas, escolas isoladas, somente um Grupo Escolar, aulas particulares de pintura, música e bordado, inglês, datilografia e uma escola intermediária. Foi somente em 1924, que a cidade pôde contar com uma Escola Normal e em 1927, com um ginásio denominado Ginásio Estadual Regente Feijó (OLIVEIRA, 2002).

A Escola Normal de Ponta Grossa foi inaugurada em 27 de fevereiro de 1924, com o objetivo de absorver os alunos oriundos da Escola Intermediária que desejavam seguir o magistério. O curso intermediário compreendia dois anos e habilitava o aluno a matricular-se no primeiro ano da Escola Normal (MARTINIAK, 2018). Os alunos que concluíssem o curso intermediário estariam aptos a cursar o 1º ano da Escola Normal. Em caso de pretensão em cursar a Escola Normal sem o curso intermediário, havia a oportunidade de o candidato realizar um teste de admissão oral e escrito.

No mês de fevereiro de 1924, as Atas da Escola Normal revelam que aconteceram os primeiros exames admissionais; 25 candidatos realizaram as provas, sendo 17 mulheres e 08 homens. Número que deixa claro o baixo interesse masculino pelo magistério e a predominância feminina.

Enquanto as alunas eram mulheres em sua maioria, o quadro de professores era de predominância masculina. A escola ficou sob a direção do Dr. Joaquim Meneleu de Almeida Torres, que também era responsável pela Escola de Aplicação e Escola Complementar. A inspeção escolar foi realizada pelo professor Segismundo Antunes Netto e o Inspetor Geral desse período foi o professor Lysimaco Ferreira da Costa (MARTINIAK, 2018). Para ocupar o cargo de diretor da Escola Normal, era escolhido o melhor professor normalista em exercício, para ser nomeado pelo governo. Porém, mais que a competência profissional exigida para o cargo, os interesses do diretor deveriam estar em consonância com os interesses do governo (MARTINIAK, 2018).

Neste contexto do exercício do magistério, predominantemente masculino, formaram-se nos anos de 1926, 1927 e 1928 somente seis homens. No ano de 1927, foi instituído na cidade o Ginásio Regente Feijó, que ofertava curso secundário. Os primeiros professores nomeados para

---

lecionarem na escola foram: Estevam Zeve Coimbra, Manoel Isidoro Dias de Gracia, Nicolau Meira de Angelis, Ângelo Lopes (diretor e professor), Júlio Eleutério da Luz, Helvídio Silva e Tufy Nicolau. Concluíram o curso em 1931, 15 alunos, foram eles: Manoel da Cunha Netto, Octacília Mariana, Hudson Barros da Silva, Lincoln Graça, Ovídia Penteado Ribas, Ailita dos Santos França, Edui Vilaca, Pedro L. de Souza, Antônio Ramalho, Lucidoro Ferreira Santos, João Dias Ayres, Czes Law Las, Faris Antônio Michaele, Henrique Kudlisnki e João Ceci Filho (REMER, 2013).

Mediante as considerações, destaca-se o lento crescimento de escolas públicas na cidade e as diferenças acentuadas na educação de meninas e meninos, inclusive, a diferença de oportunidades de formação.

O discurso de escolarização da população foi assumido pelos republicanos, justificando-se pela importância para o desenvolvimento do país. Porém, a situação precária das escolas, a falta de professores e a má remuneração desencadearam o ingresso tardio e a baixa escolarização das mulheres, criando contradições entre os sexos.

## **Conclusão**

Ponta Grossa seguiu as regulamentações educacionais vigentes no estado. A regulamentação de 1910 igualou as idades de ambos os sexos, sendo o ensino primário do curso elementar obrigatório para crianças de 7 a 14 anos de acordo com o Art. 111º (PARANÁ, 1910). Já em 1915, estabeleceu-se novamente a diferenciação da obrigatoriedade do ensino, sendo de 7 a 12 anos para meninas e 7 a 14 para meninos, art. 48º (PARANÁ, 1915).

O Código do Ensino de 1915 (PARANÁ, 1915) instituiu o ensino infantil, no qual poderiam ser matriculadas crianças que tivessem entre 2 e 7 anos de idade. Com isso, estabeleceu que cada escola fosse composta por uma professora diretora, uma ou mais professoras adjuntas, uma ou mais guardiãs e duas ou mais serventes. Contudo, para assumir a direção, a professora deveria ser normalista e ter capacidade física e moral para o cargo, isso marcou clara e abertamente a figura da mulher professora de crianças, embora já estivessem presentes no magistério.

Foi possível identificar que embora o Estado se movimentasse e instituísse leis e Decretos para buscar “atualizar” e “melhorar” a educação, na prática, eram poucos os recursos que o

Governo aplicava na educação, sem contar com a lenta expansão das escolas públicas pelo país. As escolas contavam com estruturas precárias, faltavam mesas, quadro negro e demais recursos.

O primeiro grupo escolar de Ponta Grossa foi inaugurado somente em 1912, denominado de Grupo nº 2 (Escola Pública Promíscua).

Além dessa escola, funcionavam na cidade escolas isoladas, escolas particulares de cunho religioso, como o Colégio São Luiz e Sant'Ana. Sendo o São Luiz para meninos e o Sant'Ana para meninas. Além das escolas “formais” de ensino, ofertava-se também aulas particulares, aulas particulares de língua estrangeira, instrução militar e esgrima para meninos, aulas de bordado, pintura e costura, curso de datilografia.

A Escola Normal na cidade foi instituída somente em 1924. Enquanto as alunas eram mulheres em sua maioria, o quadro de professores era de predominância masculina. Já a primeira turma que concluiu o ginásio no Colégio Regente Feijó, contou com apenas 3 mulheres de 15 alunos.

Diante dos dados obtidos, verificou-se que a educação das mulheres durante a Primeira República foi marcadamente diferenciada. Dentre as distinções estão: a idade obrigatória para adentrar a escola; a quantidade de escolas primárias destinadas para meninos e meninas; acesso à outros níveis de formação, para além do magistério.

Aferiu-se também que, embora a cultura, os discursos, as visões construídas com relação às mulheres na Primeira República tenham se mostrado conservadora e patriarcal, deparou-se com mulheres paranaenses que trabalhavam dentre outros locais, em indústrias, lojas e escritórios. As fontes relacionadas à cidade de Ponta Grossa revelaram que as mulheres assumiam principalmente funções “que estariam ligadas às características femininas”: professoras, costureira, lavagem e secagem de roupas.

## Referências

ACERVO DE CONCESSÃO DE TERRAS DE PONTA GROSSA. Casa da Memória de Ponta Grossa. Ponta Grossa, PR: Prefeitura de Ponta Grossa, 21 de janeiro de 1909a.

ACERVO DE CONCESSÃO DE TERRAS DE PONTA GROSSA. Casa da Memória de Ponta Grossa. Ponta Grossa, PR: Prefeitura de Ponta Grossa, 23 de julho de 1909b.

ACERVO DE CONCESSÃO DE TERRAS DE PONTA GROSSA. Casa da Memória de Ponta Grossa. Ponta Grossa, PR: Prefeitura de Ponta Grossa, 26 de fevereiro de 1926.

ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? *In: SAVIANI, Dermeval et al. O legado educacional do século XX no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 55-96.

ALMEIDA, J. S. de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** Campinas: Autores Associados, 2007.

CHAVES, N. B. Os “problemas citadinos” em uma “cidade civilizada”: estratégias discursivas de um intelectual polivalente no jornal *Diário dos Campos - Ponta Grossa* (década de 1930). *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA UEPG-UNICENTRO*, 2., 2015, Ponta Grossa. **Anais [...]**. Ponta Grossa: UEPG, 2015. p. 1-12. Tema: Produção e Circulação do Conhecimento Histórico no Século XXI.

CHORNOBAI, G. Q. L. **Igreja Católica, educação feminina e cultura escolar em Ponta Grossa (PR): a Escola Normal de Sant’ana (1947-1960)**. 2022. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república**. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, ano 8, n. 1193, 24 out. 1914a.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, ano 8, n. 1223, 30 nov. 1914b.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, ano 9, n. 1255, 13 jan. 1915.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, ano 10, n. 1551, 28 jan. 1916a.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, ano 10, n. 1550, 7 fev. 1916b.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, ano 10, n. 1556, 3 fev. 1916c.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, ano 10, n. 1740, 25 set. 1916d.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, ano 10, n. 1745, 30 set. 1916e.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, ano 12, n. 2282, 7 jan. 1919.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, ano 14, n. 2959, 28 dez. 1921.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, ano 15, n. 3046, 19 abr. 1922.

LUPORINI, T. J. **Escola Estadual Senador Correia: pioneira da instrução pública em Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Planeta, 1987.

MARTINIAK, V. L. A formação de professores no Paraná na primeira república: a escola normal primária de Ponta Grossa. **Revista História e Ensino**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 255-282, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/30205>. Acesso em: 01 maio 2021.

MARTINIAK, V. L. **Processo histórico de institucionalização das primeiras escolas agrícolas nos Campos Gerais-PR**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

---

OLIVEIRA, J. C. de. **Educadores Ponta-Grossenses: 1850-1950.** Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2002.

PARANÁ. **Decreto nº 93, de 11 de março de 1901.** Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Curitiba: Tipografia d'A República, 1901.

PARANÁ. **Regulamento orgânico da escola pública do Paraná.** Paraná: Congresso Legislativo do Estado, 1910.

PARANÁ, **Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná pelo Coronel Luiz Antônio Xavier, Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública.** Curitiba: Tipografia d'A República, 1908. 1v.

PARANÁ. **Relatório do Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Dr. Bento José Lamenha Lins apresentado ao Vice Presidente do Estado.** Curitiba: Tipografia d'A República, 1907.

PARANÁ. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Diretor Geral da Instrução Pública pelo Inspetor Escolar da Capital, 19 de dezembro de 1907. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Vice Presidente do Estado do Paraná, pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins, Secretario d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública.** Curitiba: Tipografia d'A República, 1908.

PARANÁ. **Decreto nº 710 de 18 de outubro de 1915.** Aprovação do Código de Ensino do Estado do Paraná. Curitiba: Tipografia d'A República, 1915.

O PROGRESSO. Ponta Grossa, ano 3, n. 246, 11 jan. 1910a.

O PROGRESSO. Ponta Grossa, ano 3, n. 277, 25 jun. 1910b.

O PROGRESSO. Ponta Grossa, ano 3, n. 357, 31 dez. 1910c.

O PROGRESSO. Ponta Grossa, ano 4, n. 386, 9 mar. 1911a.

O PROGRESSO. Ponta Grossa, ano 5, n. 440, 22 jul. 1911b.

O PROGRESSO. Ponta Grossa, ano 5, n. 544, 4 abr. 1912a.

O PROGRESSO. Ponta Grossa, ano 5, n. 547, 13 abr. 1912b.

O PROGRESSO. Ponta Grossa, ano 6, n. 616, 14 set. 1912c.

REMER, M. M. Z. **O ensino secundário público paranaense: o Ginásio Regente Feijó,** Ponta Grossa (1927-1961). 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TRINDADE, E. M. de C. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República.** Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

---

OLIVEIRA, Loraine Lopes de; MARTINIAK, Vera Lucia. Educação das mulheres na cidade de Ponta Grossa-PR na Primeira República.

---

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Ed. UEPG, 2010.